

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.882.782
Preferenciais	384.787
Total	6.267.569
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	164.423	118.279
1.01	Ativo Circulante	2.745	2.981
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129	112
1.01.03	Contas a Receber	68	5
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	68	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.548	2.864
1.02	Ativo Não Circulante	161.678	115.298
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	59.842	18.559
1.02.01.03	Contas a Receber	4.868	4.863
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.868	4.863
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	54.974	13.696
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	54.974	13.696
1.02.02	Investimentos	101.682	96.563
1.02.02.01	Participações Societárias	101.682	96.563
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	3.026
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	101.682	93.537
1.02.03	Imobilizado	153	175
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	153	175
1.02.04	Intangível	1	1
1.02.04.01	Intangíveis	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	164.423	118.279
2.01	Passivo Circulante	4.721	6.355
2.01.02	Fornecedores	246	339
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	246	339
2.01.03	Obrigações Fiscais	687	551
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	687	551
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.646	5.331
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.646	5.331
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.567	3.305
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.079	2.026
2.01.05	Outras Obrigações	142	134
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	32
2.01.05.02	Outros	142	102
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	102	102
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	40	0
2.02	Passivo Não Circulante	96.193	92.605
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	57.212	58.318
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	57.212	58.318
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	57.212	58.318
2.02.02	Outras Obrigações	32.881	28.190
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.770	26.092
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	30.770	26.092
2.02.02.02	Outros	2.111	2.098
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	2.111	2.098
2.02.04	Provisões	6.100	6.097
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.100	6.097
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	6.100	6.097
2.03	Patrimônio Líquido	63.509	19.319
2.03.01	Capital Social Realizado	223.948	210.200
2.03.02	Reservas de Capital	41.684	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-237.635	-227.640
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.512	36.759

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.895	-8.216	1.160	2.030
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.008	-1.626	-428	-959
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-729	-1.067	-252	-711
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-279	-559	-176	-248
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12	1	-1	3
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.899	-6.591	1.589	2.986
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.895	-8.216	1.160	2.030
3.06	Resultado Financeiro	-2.518	-3.026	1.210	3.381
3.06.01	Receitas Financeiras	37	84	3.034	6.687
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.555	-3.110	-1.824	-3.306
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.413	-11.242	2.370	5.411
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-567	-567
3.08.02	Diferido	0	0	-567	-567
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.413	-11.242	1.803	4.844
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.413	-11.242	1.803	4.844
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,3423	-1,7937	0,3065	0,0135

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-8.413	-11.242	1.803	4.844
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-625	-1.247	-1.851	-4.051
4.02.01	Realização do custo atribuído	-624	-1.247	-589	-1.147
4.02.02	Outras	-1	0	-1.262	-2.904
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.038	-12.489	-48	793

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.442	-1.242
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.716	-1.598
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	-11.242	4.844
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	946	-4.294
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	1.967	816
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	22	22
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	6.591	-2.986
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	274	356
6.01.02.01	Impostos a recuperar	400	320
6.01.02.02	Outras contas a receber	-68	-280
6.01.02.03	Fornecedores	-93	-29
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	24	463
6.01.02.05	Provisão de férias e encargos sociais	11	0
6.01.02.06	Outras contas a pagar	0	-118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.459	1.242
6.03.01	Financiamentos com partes relacionadas	5.156	1.242
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-3.697	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	112	135
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129	135

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-227.640	36.759	19.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-227.640	36.759	19.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.748	41.684	0	0	0	55.432
5.04.01	Aumentos de Capital	13.748	0	0	0	0	13.748
5.04.08	Agio Subscrição	0	41.684	0	0	0	41.684
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.995	-1.247	-11.242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.242	0	-11.242
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.247	-1.247	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.247	-1.247	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	223.948	41.684	0	-237.635	35.512	63.509

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-287.759	55.090	-22.469
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-287.759	55.090	-22.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.991	-3.379	2.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.844	0	4.844
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.147	-3.379	-2.232
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.147	-1.147	0
5.05.02.07	Outros	0	0	0	0	-2.232	-2.232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-281.768	51.711	-19.857

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-782	-545
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-782	-545
7.03	Valor Adicionado Bruto	-782	-545
7.04	Retenções	-22	-22
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22	-22
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-804	-567
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-6.496	4.092
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.591	2.986
7.06.02	Receitas Financeiras	83	1.106
7.06.03	Outros	12	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-7.300	3.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-7.300	3.525
7.08.01	Pessoal	582	268
7.08.01.01	Remuneração Direta	559	248
7.08.01.02	Benefícios	23	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	231	675
7.08.02.01	Federais	119	617
7.08.02.02	Estaduais	112	58
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.129	-2.262
7.08.03.01	Juros	3.129	-2.262
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.242	4.844
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.242	4.844

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	726.573	726.912
1.01	Ativo Circulante	325.232	326.023
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.457	865
1.01.02	Aplicações Financeiras	747	709
1.01.03	Contas a Receber	44.309	40.389
1.01.03.01	Clientes	38.588	34.352
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.721	6.037
1.01.04	Estoques	31.429	36.093
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.998	17.941
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.998	17.941
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	230.292	230.026
1.01.08.03	Outros	230.292	230.026
1.01.08.03.01	Bens e direitos a realizar	23.716	23.037
1.01.08.03.03	Bens destinados a venda	206.576	206.266
1.01.08.03.04	Bancos contas vinculadas	0	723
1.02	Ativo Não Circulante	401.341	400.889
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	128.949	127.864
1.02.01.03	Contas a Receber	48	111
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	48	111
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.234	2.215
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	2.234	2.215
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	126.667	125.538
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	389	916
1.02.01.09.04	Bens e direitos a realizar	67.167	66.355
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	59.111	58.267
1.02.02	Investimentos	120.772	117.056
1.02.02.01	Participações Societárias	120.772	117.056
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	120.772	117.056
1.02.03	Imobilizado	150.808	155.156
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	150.808	155.156
1.02.04	Intangível	812	813
1.02.04.01	Intangíveis	812	813

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	726.573	726.912
2.01	Passivo Circulante	138.185	256.234
2.01.02	Fornecedores	22.532	42.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.801	35.069
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.731	7.180
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.815	136.431
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.815	136.431
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	39.474	66.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.474	66.468
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.395	64.442
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.079	2.026
2.01.05	Outras Obrigações	7.223	7.459
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	354	260
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	354	260
2.01.05.02	Outros	6.869	7.199
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	115	115
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	6.754	7.084
2.01.06	Provisões	4.141	3.627
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.141	3.627
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.141	3.627
2.02	Passivo Não Circulante	539.637	457.490
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	101.456	109.624
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	101.456	109.624
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	74.206	81.795
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	27.250	27.829
2.02.02	Outras Obrigações	328.891	237.672
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.775	15.473
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	14.775	15.473
2.02.02.02	Outros	314.116	222.199
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	275.091	184.199
2.02.02.02.04	Outros Exigíveis a Longo Prazo	27.212	25.980
2.02.02.02.05	Fornecedores	11.813	12.020
2.02.03	Tributos Diferidos	34.509	34.398
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.509	34.398
2.02.04	Provisões	74.781	75.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.781	75.796
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	74.781	75.796
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	48.751	13.188
2.03.01	Capital Social Realizado	223.948	210.200
2.03.02	Reservas de Capital	41.684	0
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	41.684	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-237.635	-227.640
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	35.512	36.759
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-14.758	-6.131

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	110.859	221.155	116.560	226.460
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-94.076	-189.302	-90.446	-174.936
3.03	Resultado Bruto	16.783	31.853	26.114	51.524
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.257	-29.231	-11.982	-21.067
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.083	-14.430	-7.591	-14.640
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.497	-16.076	-7.723	-15.121
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-7.160	-13.590	-6.429	-12.762
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-1.337	-2.486	-1.294	-2.359
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	496	643
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.097	-2.342	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.420	3.617	2.836	8.051
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.474	2.622	14.132	30.457
3.06	Resultado Financeiro	-10.393	-20.415	-12.168	-23.865
3.06.01	Receitas Financeiras	2.090	7.020	5.508	12.099
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.483	-27.435	-17.676	-35.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.867	-17.793	1.964	6.592
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.766	-2.076	-1.517	-4.188
3.08.02	Diferido	-1.766	-2.076	-1.517	-4.188
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.633	-19.869	447	2.404
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.633	-19.869	447	2.404
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-8.413	-11.242	1.803	4.844
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.220	-8.627	-1.356	-2.440

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-8.413	-11.242	1.803	4.844
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-625	-1.247	-1.851	-4.051
4.02.01	Realização do custo atribuído	-624	-1.247	-589	-1.147
4.02.02	Outras	-1	0	-1.262	-2.904
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-9.038	-12.489	-48	793
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.818	-3.862	1.308	3.233
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.220	-8.627	-1.356	-2.440

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.008	13.199
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.476	19.263
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	-11.242	4.844
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	14.287	19.465
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	5.940	951
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	5.590	4.593
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-3.617	-8.051
6.01.01.06	Valor residual de ativo permanente baixado	-2	326
6.01.01.07	Juros s/imobilizações	162	162
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111	785
6.01.01.09	(Reversão) constituição de provisão para devedores duvidosos	-1.298	-905
6.01.01.10	Outras receitas / despesas operacionais	0	-595
6.01.01.11	Participação de acionistas não controladores	-8.627	-2.440
6.01.01.12	Constituição(reversão) da provisão para contingências	172	128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	20.532	-6.064
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.712	-21.931
6.01.02.02	Estoques	4.664	4.285
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.555	2.296
6.01.02.04	Outras contas a receber	-253	-4.853
6.01.02.05	Fornecedores	7.325	3.440
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-16.360	-774
6.01.02.07	Provisão de férias e encargos sociais	-11.343	4.053
6.01.02.08	Outras contas a pagar	36.656	7.420
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.927	-5.923
6.02.01	Aumento em bens e direitos	-1.490	-264
6.02.02	Investimentos	-36	0
6.02.03	Imobilizado	-1.401	-5.659
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.451	-7.320
6.03.01	Financiamentos com partes relacionadas	-1.602	-5.605
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	26.121	31.751
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-42.693	-33.466
6.03.04	Bancos - contas vinculadas	723	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.630	-44
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.574	1.691
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.204	1.647

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-227.640	36.759	19.319	-6.131	13.188
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-227.640	36.759	19.319	-6.131	13.188
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.748	41.684	0	0	0	55.432	0	55.432
5.04.01	Aumentos de Capital	13.748	0	0	0	0	13.748	0	13.748
5.04.08	Ágio Subscrição	0	41.684	0	0	0	41.684	0	41.684
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.995	-1.247	-11.242	-8.627	-19.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.242	0	-11.242	-8.627	-19.869
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.247	-1.247	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.247	-1.247	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	223.948	41.684	0	-237.635	35.512	63.509	-14.758	48.751

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-287.759	55.090	-22.469	-10.814	-33.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-287.759	55.090	-22.469	-10.814	-33.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.991	-3.379	2.612	-3.112	-500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.844	0	4.844	-2.440	2.404
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.147	-3.379	-2.232	-672	-2.904
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	1.147	-1.147	0	0	0
5.05.02.07	Outros	0	0	0	0	-2.232	-2.232	-672	-2.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-281.768	51.711	-19.857	-13.926	-33.783

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	282.141	291.294
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	283.439	292.199
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.298	-905
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-214.026	-199.115
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-186.599	-173.844
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.427	-25.271
7.03	Valor Adicionado Bruto	68.115	92.179
7.04	Retenções	-5.590	-4.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.590	-4.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.525	87.586
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.658	14.981
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.617	8.051
7.06.02	Receitas Financeiras	7.020	6.519
7.06.03	Outros	1.021	411
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	74.183	102.567
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	74.183	102.567
7.08.01	Pessoal	20.175	19.755
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.497	17.582
7.08.01.02	Benefícios	2.154	1.699
7.08.01.03	F.G.T.S.	524	474
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.239	48.498
7.08.02.01	Federais	29.760	32.734
7.08.02.02	Estaduais	14.920	15.128
7.08.02.03	Municipais	559	636
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.638	31.910
7.08.03.01	Juros	27.382	30.499
7.08.03.02	Aluguéis	239	251
7.08.03.03	Outras	1.017	1.160
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.869	2.404
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.242	4.844
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-8.627	-2.440

Comentário do Desempenho

2º trimestre de 2017

GPC Química S.A.

Receita Líquida: A receita líquida do 2º Trimestre de 2017 atingiu R\$ 86.544 mil, 1,1% abaixo do valor registrado no 2º Trimestre de 2016, que foi de R\$ 87.533 mil. O volume de vendas alcançou 70.062 t, também 1,1% abaixo do volume do mesmo período do ano anterior. Já o preço médio líquido de vendas se manteve estável para os dois períodos.

Margem Bruta: O lucro bruto no trimestre apresentou uma redução de 20,1% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 16.493 mil contra R\$ 20.637 mil de 2016, devido, principalmente, à queda na rentabilidade dos produtos vendidos.

Despesas Operacionais Líquidas: O aumento das despesas comerciais, gerais e administrativas de 7,6%, de R\$ 9.280 mil para R\$ 9.981 mil, teve como principal influência o aumento das despesas com pessoal, seguido das despesas com serviços de terceiros e fretes.

EBITDA: O EBITDA do 2º trimestre de 2017 atingiu R\$ 9.206 mil contra R\$ 14.374 mil no mesmo período do ano anterior, redução de 35,9 % ou R\$ 5.167 mil. A variação decorre principalmente da redução da rentabilidade das vendas.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido melhorou, atingindo R\$ 1.983 mil negativos no trimestre contra R\$ 5.878 mil negativos do mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pela redução nas despesas de juros sobre empréstimos, efeito do plano de Recuperação Judicial, e sobre impostos e contribuições.

Resultado Líquido Societário: A empresa no período apresentou lucro de R\$ 2.215 mil, 56,9% menor que o lucro de R\$ 5.138 mil no mesmo período de 2016.

1º semestre de 2017

GPC Química S.A.

Receita Líquida: A receita líquida do 1º Semestre de 2017 atingiu R\$ 170.113 mil, 0,7% abaixo do valor registrado no 1º Semestre de 2016, que foi de R\$ 171.331 mil. O volume de vendas alcançou 141.025 t, 5,2% maior que o volume do mesmo período do ano anterior. Já o preço médio líquido de vendas caiu 5,6% devido, entre outros fatores, ao aumento da participação de particulados no portfólio de vendas, uma vez que este apresenta valores médios inferiores às outras linhas de venda, a redução rentabilidade das vendas com a pressão sobre o preço e a valorização cambial do real.

Comentário do Desempenho

Margem Bruta: O lucro bruto no semestre apresentou uma redução de 25,3% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 31.343 mil contra R\$ 41.971 mil de 2016, devido, principalmente, à queda na rentabilidade dos produtos vendidos.

Despesas Operacionais Líquidas: O aumento das despesas comerciais, gerais e administrativas de 10,5%, de R\$ 17.509 mil para R\$ 19.350 mil, teve como principais influências o aumento das despesas com pessoal, seguido dos fretes e das despesas com serviços de terceiros.

EBITDA: O EBITDA do 1º semestre de 2017 atingiu R\$ 18.013 mil contra R\$ 30.761 mil no mesmo período do ano anterior, redução de 41,4 % ou R\$ 12.7477 mil. A variação decorre principalmente da redução da rentabilidade das vendas.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido melhorou, atingindo R\$ 5.183 mil negativos no semestre contra R\$ 12.794 mil negativos do mesmo semestre do ano anterior, principalmente pela redução nas despesas de juros sobre empréstimos, efeito do plano de Recuperação Judicial, e sobre impostos e contribuições.

Resultado Líquido Societário: A empresa no período apresentou lucro de R\$ 5.350 mil, 18,5% menor que o lucro de R\$ 8.985 mil no mesmo período de 2016.

Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

2º trimestre de 2017

Receita Líquida: A receita líquida no segundo trimestre de 2017 atingiu R\$ 24.315 mil, retração de 16,2% quando comparada aos R\$ 29.028 mil do mesmo período do ano de 2016.

Margem Bruta: O lucro bruto no trimestre apresentou redução de 94,7%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2016, ficando em R\$ 290 mil, contra R\$ 5.479 mil do período anterior. A queda foi ocasionada pelo aumento do custo variável, resultado do aumento do preço do aço não repassado totalmente ao cliente final, e pela redução de 23,4% do volume de vendas.

Despesas Operacionais Líquidas: As despesas comerciais, gerais e administrativas apresentaram queda de 18,4% no trimestre, em relação ao mesmo período de 2016, atingindo R\$ 4.390 mil, frente ao total de R\$ 5.380 mil do ano anterior. A redução foi consequência do permanente esforço de redução de custos, refletido, principalmente, nas contas de despesas com pessoal.

EBITDA: O EBITDA do 2º trimestre atingiu o valor negativo de R\$ 1.472 mil no ano de 2017, contra o valor positivo de R\$ 432 mil em igual período de 2016. A queda foi resultado da perda de margem e da redução do volume de vendas.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro foi de R\$ 5.892 mil negativos no segundo trimestre contra R\$ 7.501 mil negativos no mesmo período do ano anterior. A melhora ocorreu principalmente pela redução de juros sobre empréstimos, efeito do Plano de Recuperação Judicial.

Resultado Líquido Societário: A empresa apresentou prejuízo de R\$ 12.391 mil no segundo trimestre de 2017, contra prejuízo de R\$ 4.186 mil em igual período do ano anterior. Além dos impactos mencionados acima, a retração se deve principalmente ao ajuste decorrente da reversão de reduções de multa e juros de parcelamentos anteriores com a adesão ao “PRT” (Programa de Regularização Tributária) e a redução no resultado da equivalência patrimonial.

1º semestre de 2017

Receita Líquida: A receita líquida no primeiro semestre de 2017 alcançou R\$ 51.042 mil, redução de 7,4% face aos R\$ 55.129 mil no mesmo período do ano de 2016.

Margem Bruta: O lucro bruto no semestre apresentou retração de 94,7%, quando comparado a igual semestre de 2016, atingindo R\$ 510 mil, contra R\$ 9.554 mil do período anterior. A redução foi causada pelo aumento do custo variável, resultado do aumento do preço do aço não repassado totalmente ao cliente final, e pela retração de 16,3% do volume de vendas.

Despesas Operacionais Líquidas: As despesas comerciais, gerais e administrativas apresentaram diminuição de 15,8% no primeiro semestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, estabelecendo-se ao nível de R\$ 9.147 mil, comparado aos R\$ 10.862 mil do mesmo período do ano anterior. A redução foi consequência do permanente esforço de redução de custos, refletido, principalmente, nas contas de despesas com pessoal.

EBITDA: O EBITDA do 1º semestre de 2017 encerrou com valor negativo de R\$ 3.038 mil, contra o valor de negativo de R\$ 604 mil no mesmo período de 2016. A deterioração do resultado foi consequência da redução de margem e da retração do volume de vendas.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro no primeiro semestre de 2017 foi de R\$ 12.207 mil negativos contra R\$ 14.452 mil negativos no mesmo período de 2016. A diminuição das despesas financeiras foi possível pela redução de juros sobre empréstimos, efeito do Plano de Recuperação Judicial.

Resultado Líquido Societário: A empresa apresentou prejuízo de R\$ 20.834 mil no primeiro semestre de 2017, contra prejuízo de R\$ 7.476 mil em igual período do ano anterior. Além dos impactos mencionados acima, a retração se deve principalmente ao ajuste decorrente da reversão de reduções de multa e juros de parcelamentos anteriores com a adesão ao “PRT” (Programa de Regularização Tributária) e a redução no resultado da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais sobre o Grupo

Controladas e Coligadas

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidade em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. Em maio de 2016 foi concluída a transferência da unidade de Gravataí/RS para o site de Araucaria/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros. Em novembro de 2016 foi efetivada a venda da unidade de metanol.

- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

- Apolo Tubulars S.A. – (“Apolo Tubulars”) sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás.

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Recuperação Judicial

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. (“Recuperandas”) nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses o prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da “UPI Terreno Benfica.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dividas concursais foram:

Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;

Classe II – 2 opções de pagamento.

Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;

Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pela variação da TR acrescida de juros de 1% aa.

Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

Classe III – 3 opções de pagamento.

Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.

Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.

Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

É oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter readequado suas operações, realizando expansões no setor de maior demanda (resinas para indústria de madeira) e reduzindo sua estrutura no setor onde houve retração significativa da demanda em razão do cenário econômico adverso (setor de aço).

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Operação Lava Jato – Apolo Tubulars S.A.

Investigação Independente

Em maio/2016 foi dado cumprimento na sede da Companhia ao mandado de busca e apreensão expedido no âmbito de medidas cautelares requeridas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) no contexto da denominada “Operação Lava Jato”, que teve por objetivo apurar supostas irregularidades cometidas nos contratos celebrados com a Petrobras. O mandado de busca e apreensão cumprido na sede da Apolo foi expedido com o objetivo de obter evidências sobre pagamentos ilícitos efetuados a empresas envolvidas na “Operação Lava Jato”.

Em novembro/2016 a Administração da Companhia deliberou pela realização de investigação independente (“Investigação Independente”) com o objetivo de realizar ampla apuração da pertinência das alegações aduzidas na “Operação Lava Jato”. Em novembro/2016, a Administração aprovou a contratação da empresa de consultoria especializada para conduzir a Investigação Independente.

Metodologia da Investigação Independente

A Investigação Independente seguiu a metodologia tradicionalmente utilizada para este tipo de trabalho. Dentro da metodologia estabelecida pela empresa de consultoria para a Investigação Independente, os assessores fixaram os seguintes escopos para a Investigação Independente: (i) os fatos relacionados à “Operação Lava Jato” (“Escopo 1”); (ii) os fatos informados pela Apolo à empresa de auditoria relacionados aos pagamentos realizados (“Escopo 2”); e (iii) os fatos relacionados aos investimentos realizados pela Apolo.

A análise dos documentos foi dividida em 3 (três) etapas

Conclusões da Investigação Independente

Em abril de 2017, a empresa de consultoria realizou apresentação a Administração da Companhia das conclusões da Investigação Independente, quanto a cada um dos Escopos da Investigação Independente:

(i) Escopo 1: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que as alegações relacionadas a “Operação Lava Jato” têm fundamento.

(ii) Escopo 2: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que os pagamentos feitos a empresas relacionadas ao Sr. Julio Gerin de Almeida Camargo estariam relacionados a obtenção de vantagens junto à Petrobras.

A Administração da Companhia, após receber as conclusões da investigação, acatou a recomendação da empresa de consultoria para apresentar o resultado para os auditores independentes da Companhia e para realizar a divulgação das conclusões desta investigação por meio das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Absolvição no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato"

Os Srs. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares (Acionista Indireto) e Carlos Eduardo de Sá Baptista (Diretor Presidente) foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato", mas em sentença proferida em 8 de março de 2017, nos autos da ação penal n.º 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba, o Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e o Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista foram absolvidos de todas as acusações a eles imputadas na referida denúncia.

O MPF interpôs pedido de recurso de apelação contra a sentença absolutória, que está pendente de decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 5);
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 16);
- Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 13);
- Provisão para contingências (Nota 14);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 10);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 10 e 11); e
- Receita com fornecimento de bens (Nota 19).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instruments*, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Entidade no futuro.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 – Arrendamento - Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019.

2.4. Informações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a companhia obteve o controle, e será consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes :

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.5. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.9. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	12 anos
Máquinas/instalações industriais	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.12. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20. Lucro (Prejuízo) líquido por ação

Lucro (Prejuízo) líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da diluição do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não há diferença entre o cálculo de Prejuízo (Lucro) por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos				
Caixa	2	2	11	11
Banco do Brasil	-	-	2	32
Banco Bradesco S/A	-	-	273	5
Banco Itau S/A	6	2	225	161
Banco Banrisul S/A	-	-	7	7
Banco Daycoval S/A	-	-	1.578	258
Banco BBM S/A	-	-	8	2
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	2	2
Caixa Econômica Federal	-	-	18	15
Banco Prosper (a)	-	-	13	13
Banco Safra S/A	-	-	77	69
Banco Santander	-	-	8	6
Banco Panamericano S/A	-	-	28	24
Lecca CFI S/A	-	-	54	148
Outros	121	108	151	112
Total de Caixa e Equivalentes de caixa	129	112	2.457	865

3.1 Aplicações Financeiras

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Banco BBM	747	709
	747	709

3.2 Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições.

Com relação ao Banco Prosper os recursos ficaram retidos quando da intervenção pelo Banco Central e transferidos para outras contas a receber na liquidação do banco.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Banco Pan	-	108
Banco Prosper	-	592
Banco Safra	-	23
	-	723

3.3 Outros Ativos Financeiros

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado		
Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação	52	52
	52	52

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI.

4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Clientes no exterior	852	1.737
Clientes no país	67.717	54.741
Outras Contas a Receber	-	3.989
Factoring's	(19.949)	(17.350)
Lecca SFI S/A	(1)	-
Redfactor Factoring S/A	(4.912)	(1.331)
Banco Athena	(5.555)	(7.130)
Valor	(3.469)	(1.382)
Grupo Sifra	(4.980)	(6.531)
LS Interbank	(1.032)	(976)
Ajuste a valor presente	(190)	(221)
PECLD	(9.842)	(8.544)
	38.588	34.352

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto assim:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	36.074	32.467
Vencidas 1 a 30 dias	2.292	1.840
Vencidas 31 a 60 dias	362	227
Vencidas 61 a 90 dias	314	296
Vencidas a mais de 90 dias	9.387	8.066
	48.430	42.896
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(9.842)	(8.544)
	38.588	34.352

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2016	8.544
(+) Complemento de PCLD	1.355
(-) Baixas ocorridas	(57)
Saldo em 30/06/2017	9.842

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Matérias-primas e embalagens (a)	11.367	10.424
Produtos em elaboração	2.353	3.129
Produtos acabados (b)	6.252	8.262
Almoxarifado de manutenção e reposição	-	1.025
Importações em andamento	2.849	3.652
Estoque próprio em poder de terceiros	3.100	5.273
Estoque de terceiros (c)	3.530	3.416
Catalisadores	889	828
Outros estoques	1.089	84
	31.429	36.093

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
PIS/COFINS	-	-	2.143	3.495
IPI	-	-	13	20
ICMS (a)	-	-	831	1.654
IRPJ e CSLL	-	-	381	4.494
IRRF	2.548	2.864	10.723	6.589
OUTROS	30	30	2.296	2.605
	2.578	2.894	16.387	18.857
(-) Circulante	2.548	2.864	15.998	17.941
Não circulante	30	30	389	916

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

(a) Do saldo apresentado em 2017, a Controlada GPC Química detém R\$ 480, sendo R\$ 198 referentes à aquisição de créditos da empresa Marini Indústrias de Compensados Ltda, R\$ 56 remanescentes do site de Benfica e outros R\$ 226, além de R\$351 da Controlada Apolo Tubos.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	3.672	3.292
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
Créditos MC Kinley (c)	18.395	18.096
	23.716	23.037
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	7.343	9.877
Créditos a receber – Polwax (b)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.652
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (c)	57.202	53.856
	69.337	68.525
(-) Provisão para perdas (b)	(2.170)	(2.170)
	67.167	66.355

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente pela GPC Química. Até 30 de junho de 2017 foram recebidas sete parcelas referentes aos créditos da União Federal, sendo a última recebida em 16 de Março de 2017 no montante de R\$3.180, o saldo existente corresponde a três parcelas de R\$ 3.519 (duas parcelas no longo prazo e uma no curto prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a GPC Química recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564. Os saldo estão de acordo com documento expedido pelo Tribunal Federal da 1ª Região.
- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”) e Cooperativa Regional dos

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 (b).

Em junho de 2015 a União Federal emitiu certidão de precatório referente ao saldo da McKinlay no valor de R\$ 16.237 com previsão para pagamento até setembro de 2017.

A Administração da GPC Química considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

8. Bens destinados a venda

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 e no aditivo ao Plano aprovado em 19 de outubro de 2016, o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860, apresentado como bens destinados a venda, será revertido para pagamento do saldo do credor garantidor e dos credores da Classe II que optaram pela alternativa A.

Em maio de 2016 foi realizada pela empresa Cushman&Waakefield nova avaliação de mercado, onde a conclusão para o valor dos imóveis para venda é de R\$ 240.882.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” uma provisão para perda na ordem de R\$ (171), os gastos com a venda do terreno na ordem de R\$ 384 e os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido é de R\$ 193.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos Bens para Venda	
Rio de Janeiro - RJ	Valor R\$ (mil)
Terrenos	205.860
Gastos com venda terreno	384
	206.244
Uberaba - MG	
Caminhões	3.013
(-) Fretes	(2.510)
	503
(-) Provisão p/perdas	(171)
Saldo Final em 30/06/2017	206.576

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Participações em empresas controladas	101.682	96.563	-	-
Participações em empresas coligadas				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	623	533
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	10.866	10.444
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	92	90
Apolo Tubular's	-	-	109.155	105.989
Outros investimentos (*)	-	-	36	-
	101.682	96.563	120.772	117.056

a) Mutações nos investimentos durante o exercício

	2017			
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste
Saldo em 31/12/2016	-	93.537	3.023	3
Equivalência patrimonial (Resultado)	(11.710)	4.854	265	-
Passivo a descoberto Apolo Tubos (*)	11.710	-	-	-
Saldo em 30/06/2017	-	98.391	3.288	3

(*) O valor de R\$ 11.711 ref a 2017 do total de R\$ 31.864 representa o Passivo a descoberto da Apolo Tubos conforme Nota Explicativa nº 17 letra (a)

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 30 de junho de 2017

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	(56.689)	108.458	35.471
Lucro (Prejuízo) do exercício	(20.834)	5.350	935
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(11.710)	4.854	265

10. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Terrenos		-	-	5.233	5.233
Imóveis	2 a 8	290	290	26.523	26.518
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	166.742	166.360
Móveis e utensílios	10	189	189	2.748	2.728
Veículos	20	-	-	1.334	1.175
Computadores e periféricos	20	83	83	4.528	4.419
Imobilizações em andamento	-	-	-	21.642	20.985
Outros	-	-	-	553	555
		562	562	229.303	227.973
Depreciação acumulada		(409)	(387)	(78.495)	(72.817)
		153	175	150.808	155.156
CONTROLADORA					
Custo do Imobilizado bruto		Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2016		290	189	83	562
Aquisições		-	-	-	-
Baixas		-	-	-	-
Saldo em 30/06/2017		290	189	83	562
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável		Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2016		(152)	(156)	(79)	(387)
Depreciação no Período		(15)	(5)	(2)	(22)
Juros s/obras em andamento		-	-	-	-
Baixas		-	-	-	-
Saldo em 30/06/2017		(167)	(161)	(81)	(409)
Valor Líquido					
Em 30 de junho de 2017		123	28	2	153
Em 31 de dezembro 2016		138	33	4	175

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	26.518	166.360	2.728	1.175	4.419	555	5.233	20.985	227.973
Aquisições	5	392	22	162	109	15	-	1.540	2.245
Baixas	-	(10)	(2)	(3)	-	(17)	-	(883)	(915)
Saldo em 30/06/2017	26.523	166.742	2.748	1.334	4.528	553	5.233	21.642	229.303
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	(8.220)	(57.152)	(2.349)	(853)	(4.070)	(173)	-	-	(72.817)
Depreciação no Período	(526)	(4.845)	(33)	(35)	(75)	(4)	-	-	(5.518)
Juros s/obras em andamento	-	(162)	-	-	-	-	-	-	(162)
Baixas	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30/06/2017	(8.746)	(62.158)	(2.381)	(888)	(4.145)	(177)	-	-	(78.495)
Valor Líquido									
Em 30 de junho de 2017	17.777	104.584	367	446	383	376	5.233	21.642	150.808
Em 31 de dezembro 2016	18.298	109.208	379	322	349	382	5.233	20.985	155.156

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicativos de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	30.121	30.121
Marcas e patentes	-	-	259	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	936	936
Outros	1	1	239	239
Amortização acumulada	-	-	(30.743)	(30.742)
	-	-	-	-
	1	1	812	813

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores Concursais - Classe III				
Opção A - Nacionais	-	227	-	24.247
Opção A - Estrangeiros	-	-	-	4.502
Opção B - Nacionais	-	-	12.429	12.447
Fornecedores Extraconcursais				
Nacionais	246	112	18.185	10.395
Estrangeiros	-	-	3.731	2.678
	246	339	34.345	54.269
Circulante	246	339	22.532	42.249
Não Circulante	-	-	11.813	12.020

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial serão pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na nota explicativa nº1.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Em moeda nacional - (Concursais)	31.529	33.793	91.573	124.674
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. (Extraconcursais)	-	-	20.028	21.563
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. (Concursais)	29.329	29.856	29.329	29.856
	60.858	63.649	140.930	176.092
Circulante	3.646	5.331	39.474	66.468
Não Circulante	57.212	58.318	101.456	109.624

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em outubro de 2016 foi aprovado o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 30 de junho de 2017, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Em moeda Nacional (Concursais)	30/06/2017	31/12/2016
<u>Classe II</u>		
<u>Opção A</u>		
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	16.240	18.508
<u>Opção B</u>		
Banco HSBC	18.442	19.241
Caixa Economica Federal	7.140	7.449
Banco Banrisul	6.524	6.806
<u>Classe III</u>		
<u>Opção A</u>		
Inst. Geiprev de Seg. Social (CCB 104/10)	-	2.218
Banco Fibra	-	10.056
Banco Banrisul	-	7.107
Caixa Economica Federal	-	4.530
Redasset Factoring	-	448
Banco Indusval	-	2.252
Banco Intercap	-	448
Banco CR2	-	210
<u>Opção B</u>		
Postalís Inst. Seg. Social dos Correios (CCB's - 186/10 - 313/10 - 167/11)	31.529	31.575
Banco Cruzeiro do Sul	2.308	2.313
<u>Opção C</u>		
Banco HSBC	2.322	2.416
<u>Apoiadores</u>		
Banco Bic Banco	1.005	1.410
Banco Daycoval	1.073	1.257
Banco Safra	780	961
Banco Panamericano	1.970	2.585
Banco BBM	1.883	2.484
BTG Pactual	357	400
Total	91.573	124.674

Em moeda Nacional (Extraconcursais)	30/06/2017	31/12/2016
Banco Daycoval	8.032	8.987
Banco Panamericano	196	786
Banco BBM	84	592
Banco Safra	337	587
Athena Banco	1.000	1.100
Grupo Sifra	3.303	3.285
Lecca	1.802	1.477
LS Interbank	540	1.000
Banco Intercap	212	-
Redasset Factoring	500	-
Outros	4.022	3.749
Total	20.028	21.563

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 30 de junho de 2017, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Em moeda Estrangeira (Concursais)	30/06/2017	31/12/2016
Credor Garantidor		
IFC	29.329	29.856
Total	29.329	29.856

FINIMP

Em agosto de 2012, a GPC Química obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. O pagamento será feito respeitando-se a Classe e a opção do HSBC. Classe III opção C.

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as instalações industriais da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

Em 30 de junho de 2017, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

Saldo em 31/12/2016	29.856
Pagamentos	(952)
Variação Cambial	425
Saldo em 30/06/2017	29.329

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2016	Adições	30/06/2017	31/12/2016	Adições	Reversões	30/06/2017
Trabalhista e Previdenciário	55	-	55	2.361	-	-	2.361
Previdenciário	-	-	-	316	-	-	316
IPI	-	-	-	1.000	-	-	1.000
Pis	791	1	792	9.367	376	-	9.743
Cofins	3.662	2	3.664	43.349	1.915	-	45.264
Outros (*)	1.589	-	1.589	19.403	418	(3.724)	16.097
	6.097	3	6.100	75.796	2.709	(3.724)	74.781

(*) Dentro da rubrica de outros estão registrados causas cíveis e honorários referentes ao Plano de Recuperação Judicial.

Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2016	Adições	30/06/2017	31/12/2016	Adições	Reversões	30/06/2017
Trabalhistas e Previdenciários	202	-	202	2.095	9	-	2.104
Pis	817	1	818	9.188	117	-	9.305
Cofins	3.814	4	3.818	42.554	718	-	43.272
Outros	-	-	-	4.430	-	-	4.430
Ativo não circulante	4.833	5	4.838	58.267	844	-	59.111

Natureza dos casos**Trabalhistas e Previdenciários**

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 30 de junho de 2017 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 30 de junho de 2017 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores foram depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 46.012 até 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

14.1 – Passivos contingentes – Perda possível

Natureza	Consolidado
	Perda Possível
Trabalhista	4.692
Cível	120.927
Tributária	50.935
	176.554

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamationes trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando e execução de multa por descumprimento contratual.

15. Impostos e taxas a recolher

Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Impostos parcelados				
INSS	262	291	262	291
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	262	291	262	291
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	36.477	38.034
REFIS (c)	-	-	27.983	28.239
REFIS IV (b)	1.103	1.280	77.244	80.747
REFIS da COPA (d)	1.034	985	45.861	67.984
REFIS da PRT (f)	236	-	128.352	-
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)	-	-	9.414	5.860
Outros	-	-	233	308
	2.636	2.556	325.827	221.463
Circulante	525	458	50.736	37.264
Não Circulante	2.111	2.098	275.091	184.199

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em jun/17 montam R\$33.613 e 2.865, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 30 de junho de 2017 é de R\$ 4.813, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 120 parcelas. Em Agosto de 2016 a GPC Química efetuou novo parcelamento de ICMS que estava em aberto no site do Rio, foi nomeado de Refis Judicial e dividido em 180 parcelas, e seu saldo em 30 de junho de 2017 é de R\$ 24.126. A empresa também possui parcelado dívidas de ICMS no estado do Paraná, cujo saldo em 30 de junho de 2017 é de R\$1.667. Também em Agosto de 2016 foi concedido a GPC Química um Refis Judicial sobre débitos remanescentes de 2012, cujo saldo em 30 de junho de 2017 é de R\$3.007.
- (b) Conforme mencionado na Nota 7 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley.

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	1.168	67.669	6.184	75.020
(+) Atualização selic ano 2016	152	8.601	412	9.165
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	(63)	(4.150)	(323)	(4.536)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.075	-	1.098
Saldo em 31/12/2016	1.280	73.195	6.273	80.747
(+) Atualização selic ano 2017	63	3.737	164	3.964
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(21)	(1.646)	(157)	(1.824)
(-) Transferencia Refis PRT	(219)	-	(5.423)	(5.642)
Saldo em 30/06/2017	1.103	75.286	856	77.245

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Segue composição do saldo em 30 de junho de 2017:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>7.310</u>	<u>20.732</u>	<u>28.042</u>
(+) Atualização selic de Jan/16 a Dez/16	1.054	1.617	2.671
(-) Pagamento das parcelas de Jan/16 a Dez/16	-	(2.474)	(2.474)
Saldo em 31/12/2016	<u>8.364</u>	<u>19.875</u>	<u>28.239</u>
(+) Atualização selic de Jan/17 a Jun/17	400	652	1.052
(-) Pagamento das parcelas de Jan/17 a Jun/17	-	(1.308)	(1.308)
Saldo em 30/06/2017	<u>8.764</u>	<u>19.218</u>	<u>27.982</u>

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 30 de junho de 2017:

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>871</u>	<u>61.309</u>	<u>9.598</u>	<u>71.778</u>
(+) Atualização selic ano 2016	114	8.159	1.198	9.471
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	-	(3.847)	(776)	(4.623)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	-	(229)	(229)
(+) Principal + Multa ref consolidação	-	-	668	668
(-) Pagamento antecipação	-	(8.365)	-	(8.365)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	-	(716)	-	(716)
Saldo em 31/12/2016	<u>985</u>	<u>56.540</u>	<u>10.459</u>	<u>67.984</u>
(+) Atualização selic ano 2017	49	2.862	256	3.167
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	-	(1.415)	(212)	(1.627)
(-) Transferencia Refis PRT	-	(13.160)	(10.504)	(23.664)
Saldo em 30/06/2017	<u>1.034</u>	<u>44.827</u>	<u>0</u>	<u>45.861</u>

- (e) A controlada GPC Química transferiu parte de suas plantas de Resinas e Formol de Gravataí para Araucária, aumentando sua produtividade no estado do Paraná e com isto conseguiu um incentivo fiscal postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.
- (f) A Companhia e suas controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT instituído pela MP 766/17, foram incluídos a dívida com tributos federais vencidos até 30/11/2016. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da Lei 12.865 e 12.996 foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

24% em dinheiro divididos em 24 parcelas e o restante dos 76% com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os valores oriundos da PGFN foram parcelados em 120 meses.

Segue o saldo em 30 de junho de 2017:

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
(+) Adesão a Refis PRT via Refis Copa e Refis IV	219	13.160	15.927	29.306
(+) Adesão a Refis PRT	-	62.717	37.657	100.374
(+) Atualização selic ano 2017	22	229	-	251
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(5)	(1.574)	-	(1.579)
	<u>236</u>	<u>74.532</u>	<u>53.584</u>	<u>128.352</u>

Impostos correntes e não parcelados

Abaixo posição dos impostos correntes e não parcelados da controladora e suas controladas, com posição em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
COFINS	-	-	3.997	17.424
INSS	25	20	3.351	24.835
IPI	-	-	3.121	51.345
PIS	-	-	860	3.692
IRPJ/CSLL	-	-	864	-
ICMS	-	-	618	644
IRRF	135	73	678	343
OUTROS	2	-	590	884
	<u>162</u>	<u>93</u>	<u>14.079</u>	<u>99.167</u>

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos**16.1. Créditos tributários diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais a compensar	295.099	274.881
Outras Provisões	24.442	22.912
Parcela não constituída	(154.073)	(129.834)
Base de cálculo	165.467	167.959
Alíquota	25%	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	41.368	41.990
Base negativa de contribuição social	347.347	327.129
Outras Provisões	24.442	22.912
Parcela não constituída	(154.073)	(129.834)
Base de cálculo	217.716	220.207
Alíquota	9%	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	19.594	19.819
Total dos créditos tributários (1) + (2)	60.962	61.809

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Em 30 de junho de 2017 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2010	40.052	92.301
2011	24.117	24.117
2012	56.997	56.997
2013	87.399	87.398
2014	25.853	25.853
2015	33.069	33.069
2016	8.570	8.570
2017	19.042	19.042
	295.099	347.347

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2017.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	30/06/2017	31/12/2016
2017	11.679	5.901
2018	15.545	6.248
2019	10.090	7.962
2020	23.648	16.975
	60.962	61.809

A Companhia recentemente aderiu ao Refis e utilizará parte destes créditos para amortizar a dívida existente junto à Receita Federal.

16.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no trimestre e no acumulado

No Trimestre	Controladora		Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Contribuição social:				
Corrente	-	(153)	(397)	(381)
Diferida	-	-	(72)	(33)
	-	(153)	(469)	(414)
Imposto de renda:				
Corrente	-	(414)	(1.095)	(1.013)
Diferido	-	-	(202)	(90)
	-	(414)	(1.297)	(1.103)

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

No acumulado	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Contribuição social:				
Corrente	-	(153)	(523)	(907)
Diferida	-	-	(30)	(208)
	-	(153)	(553)	(1.115)
Imposto de renda:				
Corrente	-	(414)	(1.441)	(2.495)
Diferido	-	-	(82)	(578)
	-	(414)	(1.523)	(3.073)

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no trimestre e no acumulado :

No Trimestre	Controladora		Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(8.414)	2.370	(11.869)	1.962
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	2.861	(806)	4.035	(667)
Equivalência patrimonial	(1.666)	540	823	964
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	642	-
Constituição/Reversão de provisões	(1)	-	(193)	1.185
Ganho (perda) Variação Cambial	(426)	(1.058)	(433)	(1.008)
Outros ajustes	-	9	(976)	(263)
Outras exclusões	4	-	4	(301)
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(773)	748	(5.668)	(1.427)
Resultado no período	(0)	(567)	(1.766)	(1.517)

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

No acumulado	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(11.243)	5.411	(17.794)	6.591
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	3.822	(1.840)	6.050	(2.241)
Equivalência patrimonial	(2.241)	1.015	1.229	2.737
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	847	-
Constituição/Reversão de provisões	(1)	-	493	950
Ganho (perda) Variação Cambial	(144)	-	(191)	-
Outros ajustes	(3)	9	(1.639)	(816)
Baixa Imp renda retido na fonte não aproveitado	-	-	-	-
Despesa Indedutível	-	-	-	-
Outras exclusões	4	-	4	(534)
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(1.437)	248	(8.869)	(4.284)
Resultado no período	0	(567)	(2.076)	(4.188)

16.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
<u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social		
Atualização dos ativos	25.325	25.507
Variação cambial pelo regime de caixa	(57)	(45)
	<u>25.268</u>	<u>25.462</u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos	70.342	70.849
Variação cambial pelo regime de caixa	(139)	(104)
	<u>70.203</u>	<u>70.745</u>
Total	<u>95.471</u>	<u>96.207</u>

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

16.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
<u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social	25.268	25.462
Imposto de renda	70.203	70.745
Total (1)	95.471	96.207
<u>2 - Impostos diferidos ativos</u>		
Contribuição social	(19.594)	(19.819)
Imposto de renda	(41.368)	(41.990)
Total (2)	(60.962)	(61.809)
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	34.509	34.398

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	1.985	13.696	-	32	-	-	-	474
GPC Química S/A (b)	-	-	-	-	30.770	26.092	(953)	(901)
Apolo Tubos e Equipos. S/A (c)	25.165	-	-	-	-	-	-	-
GPC Química S/A (c)	27.824	-	-	-	-	-	-	-
Total	54.974	13.696	-	32	30.770	26.092	(953)	(427)

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

com vencimento contra apresentação que corrigidos até 30 de junho de 2017 somam a importância de R\$ 33.850 o qual sofreu uma redução devido ao aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1. O valor de R\$ 31.864 referente ao passivo a descoberto da controlada está deduzido do saldo.

b) Refere-se ao saldo de mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano.

c) Refere-se a dívida relacionada na Recuperação Judicial que foi paga com a conversão das ações da GPC Participações.

No Consolidado:

	Consolidado							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Contratos de mútuo (a)	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (e)	2.125	2.092	-	-	-	-	33	76
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	354	260	5.815	5.918	(46)	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	21.582	21.582	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubular's S/A (d)	-	-	-	-	8.550	9.127	(6)	(119)
Outras	109	123	-	-	410	428	(16)	1
	35.206	35.187	354	260	14.775	15.473	(35)	(42)
(-) Provisão para perdas (a)	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(21.582)	(21.582)	-	-	-	-	-	-
Total	2.234	2.215	354	260	14.775	15.473	(35)	(42)

(a) Refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.

(b) Os valores referem-se mútuo a receber pela GPC Química(R\$ 3.342); e a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240. Foi reconhecido provisão para perdas na totalidade do valor , considerando a não expectativa de realização do mesmo.

(c) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.

(d) O valor de R\$6.662 em março de 2017 (R\$ 6.674 em dezembro/2016) refere-se a contratos de mútuo celebrados em 2010 e 2011 com a Apolo Tubos. Os valores foram listados na Classe III na Recuperação Judicial e estão sendo quitados conforme Opção B mencionada na nota 1. O valor de R\$ 1.888 em junho de 2017 e R\$ 2.453 em dezembro de 2016, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a Apolo Tubos e serão liquidados conforme a Opção B.

(e) O valor refere-se ao saldo em 30 de junho de 2017 do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 129 e com a Apolo Tubos na ordem de R\$ 1.996 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% aa contra R\$ 125 e R\$ 1.967, em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 30 de junho de 2017 totalizava R\$ 53.449, sendo que deste valor R\$ 51.488 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 26.609, dos quais R\$ 5.276 estão considerados na Recuperação Judicial.

17.1 Remuneração do pessoal-chave exercício no trimestre e no acumulado

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 2017 foi de R\$ 1.200, conforme definida em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Neste período os pagamentos destinados a administração somaram um valor de R\$ 559 em 30 de junho de 2017 contra o valor de R\$ 248 no mesmo período de 2016. No 2º Trimestre de 2017 o valor foi de R\$ 279 contra R\$ 176 do 2º Trimestre de 2016.

No acumulado Honorários	Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016
Diretoria	332	177
Conselho Administração	177	38
Conselho Fiscal	50	33
	559	248

No Trimestre Honorários	Controladora	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Diretoria	166	132
Conselho Administração	88	27
Conselho Fiscal	25	17
	279	176

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 09 de maio de 2016, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão de Companhia na razão de 61 (sessenta e uma) ações para 1 (uma) ação, passando o número de ações da Companhia das atuais 358.849.702 para 5.882.782 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Para cumprimento do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado em outubro de 2016 a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária em que foram aprovados por unanimidade a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$ 55.432 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 144,06 por ação. Deste valor, R\$ 13.748 contabilizado com capital social e R\$41.684 foi destinado a reserva de capital.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detêm contra a Companhia, a GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

Em 30 de junho de 2017 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 223.948 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2016), e está representado por 6.267.569 ações, sendo 5.882.782 ações ordinárias e 384.787 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

18.2. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o exercício findo em 30 de junho de 2017.

18.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial, os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis, correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

18.4. Resultado por ação no exercício

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação no exercício :

No Trimestre

Apuração do resultado básico por ação	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Numerador		
Prejuízo (Lucro) do período atribuído aos acionistas da Companhia	(8.413)	1.803
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	6.267.569	5.882.782
Resultado básico por ação	(1,3423)	0,3065

No acumulado

Apuração do resultado básico por ação	30/06/2017	30/06/2016
Numerador		
Prejuízo (Lucro) do período atribuído aos acionistas da Companhia	(11.242)	4.844
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias e preferenciais	6.267.569	5.882.782
Resultado básico por ação	(1,7937)	0,8234

Para os períodos e trimestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, não existem diferenças entre o cálculo do Prejuízo (Lucro) por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida no trimestre e no acumulado

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 30 de junho de 2017 e 2016:

No Trimestre	Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	90.582	93.188
Receita de vendas de compensados	15.709	15.658
Outras Receitas de vendas de diversos produtos	4.734	7.926
	111.025	116.772
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	33.035	39.519
Receita bruta de vendas	144.060	156.291
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(2.478)	(5.841)
ICMS sobre vendas	(12.857)	(14.692)
PIS e COFINS sobre vendas	(11.671)	(12.619)
IPI sobre vendas	(6.195)	(6.579)
Receita operacional líquida	110.859	116.560
No acumulado	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	175.872	178.915
Receita de vendas de compensados	29.992	34.173
Outras receita de vendas de diversos produtos	13.335	12.205
	219.199	225.293
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	69.499	75.050
Receita bruta de vendas	288.698	300.343
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(5.189)	(8.914)
ICMS sobre vendas	(26.514)	(27.877)
PIS e COFINS sobre vendas	(23.486)	(24.358)
IPI sobre vendas	(12.354)	(12.734)
Receita operacional líquida	221.155	226.460

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas por natureza no trimestre e no acumulado

No Trimestre

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016	2º Tri 2017	2º Tri 2016
CPV	-	-	(94.077)	(90.446)
Custos Variáveis	-	-	(78.561)	(75.920)
Custos Fixos	-	-	(13.009)	(12.478)
Depreciação e Amortização	-	-	(2.507)	(2.048)
Despesas com vendas	-	-	(7.082)	(7.591)
Pessoal	-	-	(1.328)	(1.310)
Frete	-	-	(3.783)	(4.244)
Comissões	-	-	(709)	(898)
Outras	-	-	(1.262)	(1.139)
Despesas Gerais e Adm	(1.008)	(428)	(8.497)	(7.723)
Pessoal	(355)	(225)	(4.498)	(4.233)
Depreciação e amortização	(11)	(11)	(214)	(237)
Outras	(642)	(192)	(3.785)	(3.253)
Remuneração de capital de terceiros	(2.518)	1.210	(10.393)	(12.166)
Outras receitas e despesas	12	(1)	(5.097)	494
Total	(3.514)	781	(125.146)	(117.432)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Custo dos produtos vendidos	-	-	(94.076)	(90.446)
Despesas com vendas	-	-	(7.083)	(7.591)
Despesas gerais e administrativas	(1.008)	(428)	(8.497)	(7.722)
Resultado financeiro líquido	(2.518)	1.210	(10.393)	(12.167)
Outras receitas e despesas operacionais	12	(1)	(5.097)	494
Total	(3.514)	781	(125.146)	(117.432)

No acumulado

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
CPV	-	-	(189.302)	(174.936)
Custos Variáveis	-	-	(157.455)	(146.012)
Custos Fixos	-	-	(26.662)	(24.784)
Depreciação e Amortização	-	-	(5.185)	(4.140)
Despesas com vendas	-	-	(14.430)	(14.640)
Pessoal	-	-	(2.546)	(2.972)
Frete	-	-	(8.049)	(7.771)
Comissões	-	-	(1.453)	(1.565)
Outras	-	-	(2.382)	(2.332)
Despesas Gerais e Adm	(1.626)	(959)	(16.076)	(15.121)
Pessoal	(700)	(318)	(8.498)	(8.146)
Depreciação e amortização	(22)	(22)	(406)	(453)
Outras	(904)	(619)	(7.172)	(6.522)
Remuneração de capital de terceiros	(3.026)	3.381	(20.415)	(23.865)
Outras receitas e despesas	1	3	(2.342)	645
Total	(4.651)	2.425	(242.565)	(227.917)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Custo dos produtos vendidos	-	-	(189.302)	(174.936)
Despesas com vendas	-	-	(14.430)	(14.640)
Despesas gerais e administrativas	(1.626)	(959)	(16.076)	(15.121)
Resultado financeiro líquido	(3.026)	3.381	(20.415)	(23.865)
Outras receitas e despesas operacionais	1	3	(2.342)	643
Total	(4.651)	2.425	(242.565)	(227.919)

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro no trimestre e no acumulado

No trimestre	Controladora		Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Despesas financeiras				
Juros	(1.188)	(1.700)	(5.608)	(8.114)
Variações monetárias passivas	(57)	(76)	(5.379)	(8.566)
Variações cambiais passivas	(1.252)	-	(848)	(409)
Outros	(58)	(48)	(648)	(587)
	<u>(2.555)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(12.483)</u>	<u>(17.676)</u>
Receitas financeiras				
Juros	-	474	226	449
Variações monetárias ativas	37	94	(1.206)	1.672
Variações cambiais ativas	-	2.466	2.412	2.792
Outros	-	-	658	595
	<u>37</u>	<u>3.034</u>	<u>2.090</u>	<u>5.508</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.518)</u>	<u>1.210</u>	<u>(10.393)</u>	<u>(12.168)</u>
No acumulado	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas financeiras				
Juros	(2.447)	(3.031)	(11.735)	(16.476)
Variações monetárias passivas	(126)	(184)	(13.110)	(17.035)
Variações cambiais passivas	(424)	-	(1.329)	(818)
Outros	(113)	(91)	(1.261)	(1.635)
	<u>(3.110)</u>	<u>(3.306)</u>	<u>(27.435)</u>	<u>(35.964)</u>
Receitas financeiras				
Juros	-	919	430	814
Variações monetárias ativas	84	189	517	3.608
Variações cambiais ativas	-	5.579	3.531	6.161
Outros	-	-	2.542	1.516
	<u>84</u>	<u>6.687</u>	<u>7.020</u>	<u>12.099</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.026)</u>	<u>3.381</u>	<u>(20.415)</u>	<u>(23.865)</u>

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
 Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

22. Outras receitas (despesas) operacionais no trimestre e no acumulado

No Trimestre	Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Credito presumido de ICMS (c)	1.684	1.721
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	2	181
Despesas indedutíveis	(1.023)	64
Devolução taxa Aforamento anos anteriores	719	-
IPI líquido não creditado de 2012 a 2016	257	-
Despesa com ociosidade (a)	(448)	(394)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(299)	201
Multa sobre impostos (b)	-	(17)
ICMS Decreto 45.782/2016	2.427	-
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(188)	-
Multas Fiscais indedutíveis	(583)	-
Programa PRT (d)	(7.293)	-
Outras Líquidas	(352)	(1.260)
	(5.097)	496

No acumulado	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Credito presumido de ICMS (c)	3.739	3.544
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	45	326
Despesas indedutíveis	(1.091)	(392)
Recuperação de despesas	-	531
Devolução taxa Aforamento anos anteriores	719	-
IPI líquido não creditado de 2012 a 2016	257	-
Despesa com ociosidade (a)	(993)	(707)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(378)	130
Multa sobre impostos (b)	(1)	(838)
ICMS Decreto 45.782/2016	5.303	-
ICMS FEEF - Fundo Estadual	(421)	-
Multas Fiscais indedutíveis	(1.360)	-
Programa PRT (d)	(7.293)	-
Outras Líquidas	(868)	(1.951)
	(2.342)	643

(a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontra desativada. (Nota 10)

(b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A. (Nota 15)

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Valor refere-se ao ajuste das controladas GPC Química na ordem de R\$ 1.088 e da Apolo Tubos na ordem de R\$ 6.205 para composição do saldo do programa PRT da RFB referente ao parcelamento de impostos. (Nota 15)

23. Benefícios a empregados - pós-emprego

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 2017 foi de R\$ 24, valor este semelhante ao do mesmo período de 2016. Não há passivos futuros a apropriar.

24. LAJIDA/EBITDA no trimestre e no acumulado

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

No Trimestre	Consolidado	
	2º Tri 2017	2º Tri 2016
Prejuízo do trimestre antes das participações minoritárias	(13.633)	447
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	1.766	1.517
(+) Despesas financeiras	12.483	17.676
(-) Receitas financeiras	(2.090)	(5.508)
(+) Depreciações e amortizações	2.720	2.285
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	1.246	16.417
(-) Equivalência patrimonial	(2.419)	(2.836)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Programa PRT	7.293	-
(+) Baixa Contas Patrimoniais	1.023	-
(-) Ganho Foro - Tx aforamento 2013 a 2015	(719)	-
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado 2012 a 2016	(257)	-
(+) Multa sobre impostos	582	807
LAJIDA (EBITDA) ajustado	6.748	14.388
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	6,09%	12,34%

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

No acumulado	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Lucro (Prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	(19.869)	2.404
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.076	4.188
(+) Despesas financeiras	27.435	35.964
(-) Receitas financeiras	(7.020)	(12.099)
(+) Depreciações e amortizações	5.590	4.593
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	8.212	35.050
(-) Equivalência patrimonial	(3.617)	(8.051)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes		
(+) Multa sobre impostos	1.360	2.223
(+) Programa PRT	7.293	-
(+) Baixa Contas Patrimoniais	1.023	-
(-) Ganho Foro - Tx aforamento	(719)	-
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado	(257)	-
(-) Outros ajustes	75	-
LAJIDA (EBITDA) ajustado	13.370	29.222
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	6,05%	12,90%

25. Informações por segmento no trimestre e no acumulado

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

	2º Tri 2017					2º Tri 2016				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
No Trimestre										
Receita Líquida	86.544	24.315	-	-	110.859	87.533	29.028	-	-	116.561
Lucro Bruto	16.493	290	-	-	16.784	20.637	5.479	-	-	26.115
Depreciação e Amortização	(2.142)	(567)	(11)	-	(2.720)	(1.946)	(328)	(11)	-	(2.285)
Lucro (Prejuízo) operacional	3.980	(12.391)	(8.413)	4.955	(11.868)	6.106	(4.205)	2.370	(2.308)	1.963
Resultado Financeiro	(1.983)	(5.892)	(2.518)	-	(10.393)	(5.878)	(7.501)	1.210	-	(12.168)
Prejuízo antes dos impostos	3.980	(12.391)	(8.413)	4.955	(11.868)	6.106	(4.205)	2.370	(2.308)	1.963
IR e CS	(1.766)	-	-	-	(1.766)	(968)	18	(567)	-	(1.517)
Participações	-	-	-	5.220	5.220	-	-	-	1.356	1.356
Prejuízo (Lucro) Líquido	2.215	(12.391)	(8.413)	10.176	(8.413)	5.138	(4.186)	1.803	(952)	1.803
Ativo Circulante	2.587	(5.914)	(101)	225	(3.203)	3.180	1.437	(109)	-	4.507
Ativo não Circulante	4.035	1.866	(4.907)	1.747	2.741	4.079	3.820	1.094	(5.289)	3.705
Passivo Circulante	(50.784)	(25.612)	552	225	(75.619)	11.825	7.611	(1.155)	-	18.281
Passivo não Circulante	57.406	21.564	(5.560)	1.747	75.157	(4.565)	(2.354)	2.139	(5.289)	(10.069)

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

No acumulado	30/06/2017					30/06/2016				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	170.113	51.042	-	-	221.155	171.331	55.129	-	-	226.460
Lucro Bruto	31.343	510	-	-	31.853	41.971	9.553	-	-	51.524
Depreciação e Amortização	(4.429)	(1.139)	(22)	-	(5.590)	(3.915)	(656)	(22)	-	(4.593)
Lucro (Prejuízo) operacional	7.426	(20.834)	(11.242)	6.857	(17.793)	12.643	(7.513)	5.411	(3.949)	6.592
Resultado Financeiro	(5.183)	(12.207)	(3.026)	-	(20.415)	(12.794)	(14.452)	3.381	-	(23.865)
Prejuízo antes dos impostos	7.426	(20.834)	(11.242)	6.857	(17.793)	12.643	(7.513)	5.411	(3.949)	6.592
IR e CS	(2.075)	-	-	-	(2.075)	(3.658)	37	(567)	-	(4.188)
Participações	-	-	-	8.627	8.627	-	-	-	2.440	2.440
Prejuízo (Lucro) Líquido	5.350	(20.834)	(11.242)	15.484	(11.242)	8.985	(7.476)	4.844	(1.509)	4.844
Ativo Circulante	296.700	25.788	55.733	(52.989)	325.232	293.690	29.128	3.853	(225)	326.445
Ativo não Circulante	363.437	174.013	108.690	(244.799)	401.341	347.081	169.880	75.839	(182.380)	410.421
Passivo Circulante	118.135	68.319	4.720	(52.989)	138.185	278.180	97.275	69.909	(225)	445.139
Passivo não Circulante	542.002	131.482	159.703	(244.799)	588.388	362.591	101.733	9.783	(182.380)	291.727

26. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura		Prêmio Cobertura	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	110	91.526	110	101.406
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	565	151.750	614	132.000
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	29	936	34	903
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	38	3.500	38	3.500
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	427	20.000	-	-
		1.169	267.712	796	237.809

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

27. Gestão de risco financeiro

27.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

27.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ (3.731), não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 30 de junho de 2017, a GPC Química mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 747 (2016 - R\$ 709) que se espera gerem entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

		Consolidado					
		30/06/2017					
		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		22.616	291	874	1.247	9.317	34.345
Empréstimos e financiamentos		25.745	13.317	49.583	15.949	36.336	140.930
Total		48.361	13.608	50.457	17.196	45.653	175.275

27.3. Gestão de capital

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$3,3082 por US\$1,00 como a mais provável para 30 de junho de 2017. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$3,1830 por US\$1,00 para 30 de junho de 2017.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 30 de junho de 2017	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
IFC	8.866	29.329	28.219	28.201
	8.866	29.329	28.219	28.201
Efeito no resultado			1.110	1.128
Taxas utilizadas		3,3082	3,1830	3,1810

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 30/06/2017	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
91.573	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	91.573	114.466	137.359	
20.028	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	20.028	25.035	30.042	

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos	60.858	63.649	140.930	176.092
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	52	52
Caixa e Equivalentes de Caixa	129	112	3.204	1.574
Dívida Líquida	60.729	63.537	137.674	174.466
Patrimônio Líquido	63.509	19.319	48.751	13.188
Índice de Alavancagem Financeira	1,04578	0,30406	0,35410	0,07559

27.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

27.5. Instrumentos financeiros

27.5.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Controladora						
	30/06/2017			31/12/2016		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	129	-	129	112	-	112
Saldos a receber de partes relacionadas	54.974	-	54.974	13.696	-	13.696
	55.103	-	55.103	13.808	-	13.808

Consolidado						
	30/06/2017			31/12/2016		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	3.204	-	3.204	1.574	-	1.574
Contas a receber	38.588	-	38.588	34.352	-	34.352
Bens e Direitos creditórios (Nota 7)	90.883	-	90.883	89.392	-	89.392
Saldos a receber de partes relacionadas	2.234	-	2.234	2.215	-	2.215
	134.909	-	134.909	127.533	-	127.533

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial) Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	246	339	34.345	54.269
Empréstimos e Financiamentos	60.858	63.649	140.930	176.092
Outras contas a pagar e parte relacionadas	30.810	26.124	21.883	22.817
	<u>91.914</u>	<u>90.112</u>	<u>197.158</u>	<u>253.178</u>

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

27.5.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)
Notas Explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Presidente : Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares

Vice-Presidente : Luiz Fernando Cirne Lima

Membro do Conselho : Emilio Salgado Filho

Membro do Conselho : Pedro Grossi Junior

Membro do Conselho : João Paulo Jabour Brunet

Composição da Diretoria

Presidente : Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relação com Investidores : Emilio Salgado Filho

Gerente de Controladoria e Finanças

George Abi-Rihan Cordeiro
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Administradores e Acionistas da
GPC Participações S.A. (Em recuperação judicial)
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da GPC Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis que descreve em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. (“Recuperandas”) nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001,

em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014. Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses o prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da “UPI Terreno Benfica. Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante da Companhia controladora, excede o total do ativo circulante em R\$ 1.976 mil, possui impostos correntes não parcelados (consolidado) no montante de R\$ 14.079 (nota explicativa nº 15), enfrenta dificuldades na obtenção de novas linhas de financiamento e forte concorrência no setor de tubos de aço para os mercados de construção civil e automobilístico afetando diretamente o desempenho da sua controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A.. A Companhia com o acompanhamento de seu administrador judicial, vem implementando medidas para restabelecer a normalidade de suas atividades e o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. As informações trimestrais de 30 de junho de 2017 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Os detalhamentos do aditamento do referido plano constam na nota explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado”

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Controlada GPC Química S.A., adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A. (“McKinlay”), e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em 31 de dezembro de 2013, os pedidos de compensação ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009 (com a redação dada pela Lei Federal 12.865/2013), a Companhia decidiu incluir os débitos objeto de compensação no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Dessa forma, a Administração da Companhia optou por reconstituir aos seus ativos, os direitos creditórios contra a União nos montantes atualizados até 31 de dezembro de 2013, de R\$ 29.341 mil e R\$ 38.177 mil, os quais serão objeto de execução judicial através de petição apresentada nos próprios autos dos processos originários, e após o recebimento dessa petição, o Juiz federal determinará a manifestação da União Federal. Em 18 de julho de 2014 a Administração da Companhia, realizou a execução processual dos créditos oriundos de “Guaxupé”, e em setembro de 2014 a Secretaria da Receita Federal reconheceu o direito da GPC Química referente a parte dos créditos adquiridos da “McKinlay”, homologando as compensações de diversos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O valor corrigido em setembro de 2014 foi de R\$10.156 onde R\$ 9.053 foram utilizados para abater os débitos que haviam entrado no REFIS e o saldo de R\$1.103, foi transferido para conta de Impostos a recuperar. A Administração da Companhia, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal e consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certa”, portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída. Em junho de 2015 a União Federal emitiu certidão de precatório referente ao saldo da McKinlay S.A. no montante de R\$ 16.237 mil com previsão de pagamento até agosto de 2017. Os saldos atualizados dos direitos creditórios em 30 de junho de 2017 referentes a McKinlay S.A., e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé, somaram os montantes de R\$ 18.395 mil e R\$ 57.202 mil, respectivamente. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à alienação dos créditos financeiros registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Metanor S.A. – Metanol do Nordeste

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia mantém em 30 de junho de 2017 investimento avaliado por equivalência patrimonial, no montante de R\$ 10.866 mil (R\$ 10.444 mil 31 de dezembro de 2016), na coligada Metanor S.A. – Metanol do Nordeste, cujas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram por nós revisadas, onde emitimos relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias datado de 10 agosto de 2017, contendo ênfases referentes à sua investida Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (“Copenor”), no que diz respeito aos seguintes assuntos: i) realização dos créditos de ICMS no montante de R\$ 4.665 mil, registrados no ativo não circulante, transitado em julgado por decisão favorável a Companhia em 13 de junho de 2016, sendo reconhecido em definitivo a procedência dos créditos, mas que ainda depende da autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para a sua realização; ii) paralisação da planta industrial de Metanol na unidade de Camaçari- BA, que teve como fundamento

a redução expressiva das margens de produção de metanol, motivada pela queda do preço do mesmo no mercado internacional, sem equivalente redução do preço do Gás Natural no Brasil, sua principal matéria-prima. A unidade possui registrado no grupo "Imobilizado" o valor líquido de R\$ 14.584 mil, provisionado para perda na sua totalidade. E a paralisação da planta industrial de Monopenta em 10 de abril de 2007, onde o ativo imobilizado líquido que compõem o montante de R\$ 1.511 mil. Os ativos destas plantas encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da controlada ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações a serem implementadas pela Administração. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Apolo Tubulars S.A.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia mantém em 30 de junho de 2017 investimento avaliado por equivalência patrimonial, no montante de R\$ 109.155 mil (R\$ 105.989 mil 31 de dezembro de 2016), na coligada Apolo Tubulars S.A., cujas informações contábeis intermediárias individuais, foram por nós revisadas, onde emitimos relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias datado de 10 agosto de 2017, contendo ênfase referente ao seguinte assunto: Recurso de apelação do Ministério Público Federal em contrarrazão à absolvição dos executivos da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITRs), e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2017.
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S – RJ

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 – S - RJ